Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 – Paranaguá –PR
Fone/fax: (041) 420-1360 – Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

ATA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2004, na sala de reuniões do CAP, às 10h00, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, sito na Rua Antônio Pereira, 161, com a **presença dos Conselheiros**, Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Sílvio Gori, Jorge Tacla Filho, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Arivaldo Barbosa José, Aírton Galinari, Luiz Antônio Fayet, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, José Roberto de Almeida Correa, Luiz Antônio de Mattos, e dos **convidados**, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Dr. Jorge Quirilos Assis, Delegado da Polícia Federal, Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Chefe do DEPLAN/APPA, Nilson Hanque Camargo, Representante da FAEP, Leopoldino de Abreu Neto, Diretor do Porto de Antonina, Gerente do Terminal da Cotriguaçu, Sr. Sidney Pinto, João Ivano Marson, Presidente do Ogmo/Pr. Abertura da Reunião: O Presidente iniciou à reunião saudando a todos os Conselheiros presentes e agradecendo a presença dos convidados. **Justificativa de Ausência**: dos Conselheiros, Hélio José da Silva, João Gilberto Freire, Carlos Roberto Frisoli e da ANVISA, Informe: Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 52. **Aprovação da Ata**: por problemas técnicos a Ata da 120ª da Reunião Ordinária, ficou para ser aprovada na próxima reunião. Na seqüência o Presidente solicitou ao representante técnico da APPA, que esclarecesse o andamento sobre o Plano do ISPS CODE. O Sr. **Luiz Henrique**, fez um breve relato sobre a certificação, dizendo que já possui a avaliação de todo o estudo de risco, que está tendo apoio da CESPORTOS, que deverá aprová-los e encaminhá-los a CONPORTOS. Será marcada uma reunião extraordinária, específica para avaliar Paranaguá. Com relação aos aspectos institucionais a APPA terá total condição de atender dentro do prazo estipulado. Dentro do que foi explanado pelo Sr. Luiz Henrique e da importância do assunto, o Conselheiro **Fayet** disse que a questão é da segurança das pessoas que trabalham na área portuária, deverá ser rigorosa. Na seqüência o Presidente passou a palavra ao Sr. **Ivano Marson**, Presidente do Ogmo, disse que àquele Órgão se preocupa com a segurança desde a sua instituição e que sempre procurou manter parceria com a APPA, sobre o controle de acesso dos TPAs, na Faixa Portuária. que o Ogmo fez alguns investimentos na APPA, colocou seis Câmeras nos portões de acesso, junção com o CPD integrando OGMO/APPA. O Ogmo já está preparado para manter uma escala por turno, obedecendo as novas normas que serão implantadas com o ISPS CODE. A Conselheira **Maria do Socorro** questionou sobre as instalações das câmeras de segurança. **Luiz Henrique** disse que várias empresas estão fazendo projetos básicos de tecnologia. Comentou que Paranaguá é primeiro Porto que possui três Oficiais Treinados, com conhecimento da IMO, serão os responsáveis pela segurança. O Conselheiro **Fayet** sugeriu que o Colegiado fizesse uma listagem de questões, com idéias e sugestões para enviar a Brasília. O Dr. **Jorge Quirilos**, informou que com relação aos planos de avaliação e risco dos operadores, a listagem que operam no Porto, são de 23 Empresas, incluindo a APPA. Dos 15 trabalhos apresentados na reunião , do Rio de Janeiro, 11 foram aprovados, os demais não foram entregues, em

Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 – Paranaguá –PR
Fone/fax: (041) 420-1360 – Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

tempo hábil para serem analisados pela CESPORTOS, para então serem encaminhados a CONPORTOS. Os trabalhos rejeitados foram devolvidos para se corrigir termos como "pirataria", não reconhecido internacionalmente. O Comandante **Osmar** esclareceu que o termo "pirataria", a definição é da IMO de 1929. O **Presidente** disse que quando a APPA estiver certificada, caberá uma discussão sobre os valores de seguros que são cobrados contra este Porto. Relatório Gerencial Financeiro da APPA: Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, contendo o demonstrativo da receita e da despesa do Porto apresentado pelo Dr. **Mário**. resumo dos programas do mês de janeiro de 2004, saldo em Conta Corrente: PROMAR- Programa de Modernização da Infra-estrutura Marítima. Disponibilidade em janeiro de 2004, R$ *26.667.693,12*. PROSILO - Programa de Modernização e Melhorias dos Silos da APPA e do Corredor de Exportação. Disponibilidade em janeiro de 2004 R$ *11.890.852,97*. PROPORT - Programa de Modernização e Melhorias da Infra-estrutura Operacional e Portuária. Disponibilidade em janeiro de 2004, R$ *11.396.610,46*. Dr. **Mário** disse que há disponibilidade financeira e que não houveram gastos. Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados cópia contendo o Programa de Modernização da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Acredita que durante o exercício de 2004 as obras relacionadas deverão ser executadas. A Conselheira **Maria do Socorro**, lembrou ao Dr. Mário que algumas obras, realizadas na APPA, estão em fase de conclusão ou mesmo concluída, não foram aprovadas pelo PDZPO – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto que passaram pelo Conselho e que isso é uma irregularidade legal. Dr. Mário, disse então que durante o mês de março, as Comissões do PDZPO e Comissão Orçamentária, analisar essas questões. Uma analisar o Programa de Modernização da APPA e a outra cobrar a exposição que seja feita sem demora. O Conselheiro Fayet disse que essas matérias deveriam ter passadas pelo CAP e não passou. Isso é uma ilegalidade, quem não cumpre a lei comete uma ilegalidade. O opinativo pode determinar que o Conselho considere desconformidade no Orçamento e rejeite a Proposta Orçamentária. Então opinar determina a liberdade de dizer o que pensa. Essa opinião poderá ter reflexos complexos. Relatório Gerencial do Porto de Antonina: distribuído aos Conselheiros e convidados, Dr. Mário registrou que a operação de Antonina teve um crescimento até janeiro de 2004, de 38,84% de toneladas, em relação ao mesmo período do ano de 2003. A receita na ordem de R$ 196.238 e despesa de R$ 150.204, com um superávit de R$ 46.034, com um resultado de 23,45%. A Inframar (PROMAR) R$ 1.204.088. Houve uma perda na exportação de madeira tendo em vista a falta de dragagem. O calado reduziu de 10 para 8,70 (sizígia) e 8,40 (quadratura). Relatório Gerencial Operacional da APPA: Foi distribuído cópia do relatório aos Conselheiros e Convidados, e o Dr. Mário comentou a movimentação de cargas, dizendo que no período de janeiro/2004: a Movimentação de Carga Geral – Exportação (339.676 toneladas), Importação (164.850 toneladas); Granéis Sólidos – Exportação (850.768 toneladas), Importação (583.302 toneladas); Granéis Líquidos - Exportação (153.153 toneladas), Importação (24.593 toneladas); Contêineres – Exportação (12.754 TEU), Importação (14.830 TEU); Veículos Exportados (4.697 unidades), Veículos Importados (175 unidades); Movimento de Navios no Porto: 166 atracações. Comissão de Operações Portuárias: tendo em vista a ausência do Conselheiro Ogarito, ficou prejudicada a apresentação do relatório operacional para ser questionado. O Conselheiro Galinari informou que quanto a Norma de Pré-Qualificação, a Comissão encerrou seus trabalhos

Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 – Paranaguá –PR
Fone/fax: (041) 420-1360 – Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

com relação a proposta das normas. A proposta conforme foi encaminha á comissão, foi aprovada com algumas ressalvas, está sendo encaminhada uma nova redação e que em data oportuna, alguns itens que não foram unanimes, pois houve empate, uma vez que a Comissão compõem-se de quatro membros. São exatos sete itens, dentro da proposta que a APPA encaminhou, que houve colocação diferente por parte da comissão. Esses itens, no momento da aprovação, serão colocados em plenário. Com relação ao assunto, o Conselheiro Fayet disse que quando a matéria foi enviada ao CAP, soube que houve algumas divergências, tomou o cuidado de procurar na ANTAQ, saber onde, no Brasil, as Normas de Pré-Qualificação, atende melhor os operadores portuários. Foi informado que a do Porto de Recife, pois classifica os operadores por categorias, onde as exigências feitas a cada tipo de categoria fosse diferenciada. O Presidente sugeriu que a Comissão retorne a rever o assunto, juntamente com o representante técnico da APPA, para se chegar a um consenso. O Conselheiro Juarez, ainda como representante do Bloco do Poder Público expôs que o processo se iniciou na Assessoria Técnica da Superintendência, pelo Luiz Henrique e a Sra. Xênia. Elaboraram esse documento baseados em diretrizes estabelecidas pela Superintendência. Sendo que grande parte dos operadores não tem condições cadastrais para trabalharem como operadores. A proposta da APPA seria no sentido de realizar um saneamento, talvez tenha sido demasiado, jamais na sua natureza ilegítimo. Necessita desse trabalho. A Comissão aprovou as Normas ressalvando alguns itens. Sugeriu, que o CAP proponha à Superintendência que os temas ressalvados fossem objeto de uma nova etapa de analise e debates por pessoas credenciadas pela APPA, tendo em vista que o próprio corpo técnico que elaborou as Normas, se afastou a partir de um determinado momento. O Presidente passou a palavra ao presidente do OGMO/Pr., o Sr. Marson apresentou as atividades daquele Órgão Gestor, em data show, cujo material encontra-se arquivado na Secretaria do CAP. O Dr. Mendes agradeceu a presença do presidente do OGMO/Pr., que veio enriquecer, as reuniões do Conselho. O Conselheiro Mário, pediu em nome do Dr. Leopoldino, Diretor do Porto de Antonina, que os TPAs daquela cidade tivessem o mesmo treinamento que têm os de Paranaguá. O Conselheiro Ozeil propôs que a planilha de cursos oferecidos pelo OGMO, fosse apresentada, na reunião do CAP, para que o Colegiado pudesse tomar conhecimento. Na seqüência **Comissão de Dragagem**: o Conselheiro **Fayet** informou que a Comissão se reuniu no dia 06 de fevereiro, e que o assunto vem sendo debatido há meses com diversos encaminhamentos e alguns avanços, sem contudo, se chegar a um destino final. Comunicou que o processo de sindicância administrativo, solicitado pela PGE, foi concluído com o Relatório Final da Comissão de Procedimentos Administrativos designado pela Portaria n.º 168 e do Parecer Jurídico n.º 148/03, contidos nos protocolos nºs 5.779.029-6 e 5.639-242-4, a rescisão de contrato n.º 031/2000, com a Empresa Bandeirantes de Dragagem e Construções Ltda., foi unilatelmente declarado sua inidoneidade, através da portaria n.º 199/03, de 29/12/03. O Conselheiro **Adriano Vidal** disse que a navegação, dentro da Baía, a cada dia está se agravando. **Ogarito** afirmou que o ponto crucial foi à ausência de dragagem em Antonina, pela própria empreiteira, que veio ensejar a justificativa da falta de compromisso para com a APPA. Que os pagamentos foram feitos. O Conselheiro **Fayet** indagou da possibilidade de embargos de terceiros sobre a contratação, o Relator disse que após consulta telefônica ao Departamento Jurídico, àquela PROJUR esclareceu que

Presidente : Jose Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 – Paranaguá –PR
Fone/fax: (041) 420-1360 – Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

o contrato com a empresa de dragagem estava rescindido, atendendo a petições de ambas as partes litigantes, portanto o reinicio da dragagem não representaria lesão alguma a qualquer direito preterido. O Conselheiro **Fayet** após comentários e mesmo considerando que várias respostas foram oferecidas à Comissão, esclareceu que ela e o Plenário necessitam de um relatório da APPA, que contenham dentre outros, os seguintes esclarecimentos: síntese histórica da concorrência e sua contratação; qual o litígio estabelecido em 2002; qual a divergência com relação às dragagens em Antonina e as providências tomadas pela APPA; por que não foi providenciado o EIA-RIMA para Antonina; por que não foi "confirmado" o mapa de profundidades na repactuação, de vez que a APPA já argumentava divergências; quais as alegações para solicitar o cancelamento do contrato e os riscos de embargos para quaisquer providências que venham a ser tomadas; por que não estão sendo autorizadas as dragagens emergenciais solicitadas por empresas privadas e que por elas serão custeadas e, quais são elas; quais as omissões e/ou imperfeições que foram cometidas na repactuação que levaram ao impasse, de vez que a Bandeirantes chegou a reiniciar os trabalhos; quais as perspectivas de solução com seu respectivo calendário; quais os protestos de comandantes já registrados em relação à dragagem e quais os cancelamentos de escalas por isso ocorridos; por que a APPA está demorando tanto para dar uma solução ao problema; por que a APPA foi a única administradora portuária do País a não apresentar ao Ministério dos Transportes o plano de dragagem para ser incluído no orçamento de 2004; anexar uma cópia do processo para permitir a análise das instituições representadas no CAP. Partindo desse princípio o Conselheiro **Fayet** sugeriu fosse enviada correspondência assinada pelo CAP, a Superintendência, solicitando o porquê de não estarem sendo respondidos os expedientes da Marinha e por que não está sendo realizados serviços de batimetrias e quais as providências que estão sendo tomadas. **Comissão de Acompanhamento no Tratamento de Resíduos e Zoonoses**: o relator, Conselheiro Galinari expôs que a comissão se reuniu contando com a presença da Sra. Valéria Antonietto da ANVISA e representantes do SENAI(Empresa contratada para a execução do Plano), considerando que o PGRS dos Portos de Paranaguá e Antonina, está pronto, com as exigências do parecer emitido pelo Grupo Técnico de Trabalho para Gestão de Resíduos Sólidos da Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos e Aeroportos e Fronteiras do Paraná. A comissão decidiu: Sugerir ao CAP a convocação de uma reunião com as Autoridades Ambientais (IBAMA; IAP), ANVISA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, APPA, COMISSÃO DO CAP, PREFEITURA, MINISTÉRIO PÚBLICO (Promotora Valéria) e SENAI, para discutir o caso do "ATERRO SANITÁRIO"; Convocar todos os Terminais e a APPA para uma reunião com objetivos de Revisões, definições de sistemáticas operacionais e implementações de medidas comuns, direcionadas pela reunião anterior. O Presidente, informou que, na reunião passada, houve um questionamento pelo Conselheiro **Frisoli** quanto a Portaria n.º 1276, que refere-se sobre filas, porém o Diretor Técnico Ogarito, que daria esclarecimentos sobre o assunto, não esteve presente à reunião. O Sr. **Luiz Henrique** explicou que, com relação a Portaria, foram elencados 12 pontos estratégicos para discutirem no cenários de transportes a nível do Brasil. Desses 12 itens, 11 deles eram assuntos fora do Ministério, porem um dos pleitos era a fila do Porto de Paranaguá. Formou-se a Comissão onde fez parte. Sugeriu que a reunião fosse realizada na cidade de Paranaguá. A Comissão entendeu

Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 – Paranaguá –PR
Fone/fax: (041) 420-1360 – Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

que é muito difícil resolver problema de filas. **Palavra Livre**: O Conselheiro **Calvo** informou que recebeu cópia da Ordem de Serviço/APPA n.º 20/2004, onde rege toda a norma de atracação, o que lhe chamou atenção foi que, no documento está escrito que: atendendo sugestões de interessados, porém o Conselheiro que faz parte de Sindicatos não foi consultado, entidades de classe o SINDOP, sobre o assunto. Disse ainda que dependendo do resultado da implantação, irá sugerir que seja discutido com a Comissão dos Operadores Portuários. O Conselheiro **Arivaldo** disse que o OGMO/PR. vem executando um bom trabalho, principalmente na área de treinamento. O Comandante **Osmar**, parabenizou, elogiando a Comissão de Treinamento, na pessoa do relator Arivaldo, pela recomendação no envio de expediente ao Departamento de Portos e Costa, solicitando disponibilizar mais recursos para atender a demanda de Paranaguá, o qual foi atendido. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião para o dia 19 de março de 2004, às 09h00 e quinze minutos de tolerância e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.